



Cláusula 3ª - DA ENTREGA

3.1 – O prazo de execução dos serviços será acordado entre a Contratada e a Contratante, conforme descrito abaixo:

3.1.1 - O prazo de implantação do software será de:

3.1.1.1 - 120 (cento e vinte) dias para Administração Tributária e Financeira c/ serviço de Web;

3.1.1.2 - 90 (noventa) dias para Administração de Recursos Humanos;

3.1.1.3 - 90 (noventa) dias para Compras e Controle de Recursos Materiais e Patrimoniais;

3.1.1.4 - 60 (sessenta) dias para Administração Orçamentária e Financeira;

3.1.1.4 - 60 (sessenta) dias para Atendimento e Serviços Gerais;

3.1.1.4 - 60 (sessenta) dias para Controle de Cemitério;

3.1.2 – Os prazos começam a correr a partir da assinatura do contrato. Ao término da implantação as Secretarias contempladas, farão a emissão de Termo de Aceite relativo a implantação, em até 5 (cinco) dias;

3.1.3 - O treinamento deverá ser fornecido conforme detalhado no Termo de Referência (Anexo I), sendo previsto 40 (quarenta) horas de treinamento, nos locais e horários definidos pelas secretarias. Após a conclusão do treinamento será emitido, pela Secretária correspondente, um termo de aceite referente ao serviço prestado;

3.1.4 - Os serviços não poderão ser terceirizados pela Contratada, e a mesma deverá declarar disponibilidade dos equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme art. 30, § 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - O objeto da presente licitação será recebido:

4.1.1 - provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

4.1.2 - definitivamente, após a verificação do mesmo, e consequente aceitação.

4.3 - Será rejeitado no recebimento, objeto fornecido com especificações diferentes das constantes no ANEXO I e das marcas informadas na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 4.4 abaixo.

4.4 - Constatadas irregularidades no objeto, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da Proposta, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



4.5 – O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

Cláusula 5ª – DA GESTÃO

5.1 – Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, ficam definidos como gestores do presente contrato o(s) Senhor(es): **Wolney Marcos Oliveira Chagas** - Diretor do Departamento de Informática e **Edson Roberto Narcizo Lopes** – Secretário de Administração, lotados na Secretaria de Administração, ou outros que venham substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

Cláusula 6ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

6.1 - A CONTRATADA fornecerá o objeto do presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto e número do empenho de acordo com a Ordem de Serviço (OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

6.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à CONTRATADA, que se obriga a substituí-los na forma exigida.

Cláusula 7ª - DO PAGAMENTO

7.1 - A Prefeitura efetuará o pagamento à Contratada da seguinte forma: o pagamento deverá ocorrer mensalmente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços, de acordo com os escopos descritos no Anexo I, mediante apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do serviço, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviço além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas, sendo que a primeira fatura deverá ser apresentada ao término da implantação.

7.2 - O pagamento será através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta Corrente da **Contratada**, junto ao Banco _____ – Agência _____ – C/C nº _____.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS

8.1 - A Dotação Orçamentária para as despesas decorrentes desta Licitação, será a seguinte:

nº 02.04.00 – 04.122.0018.2.051/3.3.90.39.00 - Ficha nº 87 – Secretaria de Expediente
nº 02.03.00 – 04.122.0057.2.161/3.3.90.39.00 - Ficha nº 70 – Secretaria de Administração
nº 02.03.00 – 04.122.0055.2.156/3.3.90.39.00 - Ficha nº 67 – Secretaria de Administração
nº 02.05.00 – 04.129.0054.2.154/3.3.90.39.00 - Ficha nº 110 – Secretaria de Finanças
nº 02.05.00 – 04.122.0053.2.153/3.3.90.39.00 - Ficha nº 109 – Secretaria de Finanças



Cláusula 9ª – DA VIGÊNCIA

9.1 - O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula 3ª deste contrato será de 12 (doze) meses, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pelas secretarias, podendo ser renovado, se houver interesse da Administração, respeitado o limite do art. 57, IV da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 10ª - DAS PENALIDADES E MULTA

10.1 - A CONTRATADA, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo de 03 (três) dias da ciência da homologação/adjudicação a ocorrer mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a, sem prejuízo das demais sanções previstas, as seguintes sanções:

10.3 – Acarretará em multa nos termos da Cláusula – 10.4.2, caso seja violado o sigilo dos dados e interrupção dos serviços do sistema de software, conforme dispõe artigo 10º e 11º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro de 2001.

10.3.1 - A quebra de sigilo, fora das hipóteses autorizadas na Lei Complementar citada, constitui crime e sujeita os responsáveis, no que couber às cominações do Código Penal, sem prejuízo de responsabilização na esfera cível.

10.3.2 – Caso a Contratada omita, retarde injustificadamente ou preste falsamente as informações requeridas nos termos deste Contrato, incorrerá na sanção da Cláusula - 10.4.2.

10.4 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.4.1 – advertência;

10.4.2 - multa indenizatória pecuniária de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, ou no caso de cumprimento irregular;

10.4.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Birigui, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.4.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CON-



TRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 10.4.3 desta cláusula.

10.4.5 - as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:

10.4.5.1 das sanções estabelecidas no item 10.4, subitens 10.4.1, 10.4.2 e 10.4.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;

10.4.5.2 - da sanção estabelecida no item 10.4, subitem 10.4.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena.

10.5 - O atraso injustificado da entrega do objeto, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 0,03% ao dia, até o limite de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.

10.6 - Tudo o que for executado incorretamente, e portanto não aceito, deverá ser refeito nos moldes da especificação correta;

10.6.1 - a não ocorrência de substituição, ensejará a aplicação da multa definida no item 10.4 deste contrato.

10.7 - As sanções previstas nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

10.8 - O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

10.8.1 - não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor poderá ser cobrado judicialmente, ou inscrito em dívida ativa.

Cláusula 11ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1- A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

11.1.1 não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

11.1.2 lentidão no fornecimento, levando a ADMINISTRAÇÃO a comprovar o não fornecimento nos prazos estipulados;

11.1.3 paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação;

11.1.4 subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da CONTRATADA a terceiros;

11.1.5 decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;



11.1.6 ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

11.1.7 alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

Cláusula 12ª – DIVERSOS

12.1- A Prefeitura se reserva o direito de solicitar à licitante vencedora o aumento ou supressão do objeto em até 25% (vinte e cinco por cento), faculdade que é outorgada pelo § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 9.648/98.

12.2 – Durante a vigência do contrato, os preços deverão ser fixos e irrevogáveis, de acordo com o disposto no artigo 28, § 3º, inc. III da Lei Federal nº 9.069/95;

12.2.1 – Decorrido o prazo da execução do contrato e, caso haja interesse da Administração na renovação contratual, os preços poderão ser reajustados, desde que comprovada a vantajosidade e requerido pela Contratada, utilizando-se o índice IPCA – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, tornando-se por base o mês de início da prestação de serviços.

12.3 - Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 13ª - DO AMPARO LEGAL

13.1- O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, Lei Federal nº 9.609/1998, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *PREGÃO PRESENCIAL*, registrado sob nº __/2.015, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 14ª - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

